



Triste aniversário

TEXTO ÂNIA CHALA

Golpe civil-militar *Interesses econômicos e disputas políticas explicam o movimento que jogou o Brasil em uma ditadura por mais de 20 anos*

Passados 50 anos do golpe de março de 1964, é crucial refletir sobre o ambiente político que o gerou e as suas consequências para o país. O Brasil vivia então um período de grandes mobilizações: de um lado, apoiadores das reformas do presidente João Goulart; de outro, setores conservadores ameaçados por essas mudanças. Marcado pela desigualdade e muito atrasado em termos de conquistas sociais – que já existiam há quase cinco décadas na Argentina, no Uruguai e no Chile –, o Brasil experimentava avanços importantes para grande parte da população brasileira.

A tensão atingiu o auge quando Jango falou publicamente em reforma agrária e controle dos lucros das empresas multinacionais. Então, rapidamente a classe média foi acionada por toda a mídia contra a ameaça do comunismo. O jogo ideológico gestado pelo Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e pelo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), organizações civis apoiadas pela CIA, havia arregimentado importantes formadores de opinião pública. Tudo isso, no final de março daquele ano, acabou se combinando. Como assinalam vários historiadores, os grupos

conservadores haviam vencido a batalha simbólica se apresentando como defensores da ordem legal. Assim, na madrugada de 31 de março para 1.º de abril, o general Olympio Mourão Filho, comandante da 4.ª Região Militar (que corresponde ao estado de Minas Gerais), iniciou a movimentação de tropas, visando derrubar o governo. Jango ainda ensaiou uma resposta, viajando a Porto Alegre. Porém, sabendo que os golpistas tinham muita força e o apoio dos EUA, chegou à capital gaúcha decidido a não oferecer resistência. Pretendia evitar uma guerra civil.

o foi culpa ideológica

em conflito. Ambos eram capitalistas, mas o projeto de oposição a Vargas, que não tinha sustentação junto aos trabalhadores, era menos democrático, prevendo uma associação ao capital estrangeiro e uma maior concentração de renda. Os defensores desse projeto eram contrários, por exemplo, à Petrobras estatal.” Na opinião do professor, a radicalização que levou ao suicídio de Vargas acabou impedindo o golpe em 1954, uma vez que a reação popular contra a oposição foi violentíssima. Isso fez a UDN recuar, e o ex-presidente ficou como herói.

Política e economia – O professor Enrique lembra que, em 1960, Jânio Quadros havia vencido uma eleição com uma característica incomum, porque na época as candidaturas de presidente e vice não compunham uma mesma chapa. Jânio representava os setores conservadores e vinha de um partido pequeno de São Paulo que foi apoiado pela UDN. João Goulart, que acabou sendo eleito como vice-presidente, era candidato da oposição e uma figura conhecida desde os tempos de Getúlio, quan-

do ocupou o Ministério do Trabalho. “Claro, ninguém contava com a renúncia de Jânio, que ficou no cargo de janeiro a agosto de 1961. Quando ele renuncia, ocorre uma tentativa de golpe porque a direita já imaginava a linha reformista do novo governo. Aí tivemos a Campanha da Legalidade. Há uma negociação. É um golpe parcialmente vencedor, porque consegue impor o Parlamentarismo, mas um ano depois isso se reverte, e João Goulart assume a condição de presidente. Porém, desde que ele assume, esse golpe não para de acontecer: há sabotagens, boicotes, e a direita trata de preparar a cabeça da classe média”, avalia.

Do ponto de vista da economia, Pedro acredita que o estopim do golpe se deu quando Jango enviou ao Congresso Nacional os projetos da lei de remessa de lucros e da reforma agrária. “A lei de remessa, que propunha limitar o envio dos lucros das empresas estrangeiras ao exterior, desagradou aos setores da economia alinhados ao capital estrangeiro. Já a proposta de reforma agrária assustou os empresários do setor. A conjugação desses dois fatores serviu para reforçar a aliança

entre o capital estrangeiro e os setores agrários conservadores.” Ele destaca ainda o papel de organizações civis, como o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES). “O IBAD era uma organização anticomunista criada em 1959 que congregava vários empresários e possuía ligações com a CIA estadunidense. Funcionou até dezembro de 1963, quando foi extinto por ordem judicial.”

O objetivo era reverter a economia aos padrões que interessavam aos EUA

Esses institutos recebiam dinheiro do exterior para financiar campanhas de deputados, remunerar jornalistas e pagar bolsas de estudos a acadêmicos que eram afinados com o ideário favorável aos interesses do capital estrangeiro.

“Vale lembrar que o dinheiro vinha do exterior, mas quem conspirava eram brasileiros. É preciso cuidado porque, às vezes, pode parecer que o golpe de 1964 foi articulado lá fora por estrangeiros. Havia os militares liderados pelo Médici, o Geisel, o Figueiredo, e civis, como o Magalhães Pinto e o Ildo Meneghetti. E havia financiamento do capital estrangeiro, mas o golpe foi articulado e colocado em prática por brasileiros. Além disso, naquela época, a igreja católica era muito conservadora e deu apoio incondicional. Junte a isso o fato de que os imigrantes e seus descendentes, de maioria católica, também eram muito conservadores. Tudo isso, mais tarde, contribuiu para que a Aliança Renovadora Nacional (Arena) conquistasse uma grande base civil”, reforça o professor.

Enrique ressalta que o complexo IPES/IBAD era patrocinado pelos donos das empresas mais modernas do país: “Além disso, tínhamos o olhar direto dos EUA, devido ao temor de que o processo ocorrido em Cuba se espalhasse pelo resto do continente sul-americano. Esse medo da cubanização do Brasil foi superdimensionado

pela propaganda, pois o governo Jango está longe de tudo isso. Por outro lado, tem o apoio do Partido Comunista, que continua na ilegalidade. Isso ajuda a aumentar o medo do comunismo e desgastar a imagem de seu governo”.

Na visão do professor Enrique, o objetivo do golpe não foi acabar com o comunismo. “Essa era a desculpa ideológica! O objetivo mesmo era garantir o mercado, reconvertendo a economia aos padrões que interessavam aos Estados Unidos. Podia até haver indústrias, mas não do tipo que propiciassem a formação de um operariado forte ou de uma burguesia nacional. Senão, amanhã ou depois, essa indústria brasileira iria competir no resto da América Latina com os produtos dos EUA.”

Por outro lado, Enrique pondera que um dos elementos que explica a ojeriza das forças armadas a Jango é o processo de politização da baixa oficialidade, que tenta organizar sindicatos, denunciando o absurdo da dominação da oficialidade autoritária, antidemocrática e conspiradora. Quando Jango acolhe essas demandas, isso gera a coesão da alta cúpula militar.

ecida

um porta-aviões estadunidense pronto para agir. Jango sabia dessas informações, e o fato de ele adotar essa postura de não resistência quebrou com toda a hierarquia que ainda poderia resistir.” Ainda na interpretação do professor Enrique, também pesou a ausência de Leonel Brizola. “Ele não havia conseguido fazer o seu sucessor, que foi derrotado por Ildo Meneghetti. À época, o ex-governador tentava projetar-se nacionalmente para ser um futuro candidato presidencial e optou por participar da política no Rio de Janeiro. Por isso, quando ocorre o golpe, não tem mais acesso a um dispositivo militar como tinha em território gaúcho”, lembra. Mesmo assim, houve reuniões em Porto Alegre para tentar promover alguma resistência a partir do estado.

Grupos dos Onze – Em alguns quartéis do país, a baixa oficialidade e até alguns oficiais ficaram de prontidão esperando uma ordem de Jango. Segundo Enrique, isso ocorreu principalmente em unidades navais do Rio de Janeiro, com marinheiros que ficaram à espera de uma ordem do presidente deposto por dois ou três dias, até

que foram presos ou tiveram de fugir. “Havia ainda um dispositivo cuja força concreta até hoje não se conhece muito bem, os chamados Grupos dos Onze, que Brizola organizou depois da Legalidade. Atento ao que ocorria no restante da América Latina, Brizola tinha o entendimento de que o governo de Jango iria radicalizar cada vez mais e que isso exigiria não só uma expressão militar, mas também uma população militarizada e pronta para resistir. Por isso, tem a ideia de formar milícias populares, grupos de onze pessoas, numa alusão aos times de futebol, que se organizariam por todo o país com uma infraestrutura mínima de armas e alguma forma de estruturação política para, caso necessário, agir. Os golpistas aproveitaram essa ideia, considerando-a uma baita estrutura militar, o que ajudou a sustentar a tese de um futuro golpe da esquerda. Mas, quando o golpe acontece, esses grupos se mostram precários, isolados e muito menos orgânicos do que se poderia imaginar. Mesmo assim, temos informações de que muitos deles ficaram à espera de algum comando, que não chegou”, conclui o professor.

Repressão brutal

Conforme lembra a professora Vanessa Chiari Gonçalves, da Faculdade de Direito, torturam-se pessoas no Brasil desde a conquista por Portugal. “A diferença é que no período de regime autoritário a violência estatal voltou-se contra estratos intelectualizados da população considerados subversivos. Hoje, a violência policial permanece sendo uma triste realidade, mas ocorre na clandestinidade”, destaca.

Ela assinala que, durante a ditadura, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) foi muito atuante, assim como outras organizações da sociedade civil. “Ocorre que, de início, uma parte significativa da população apoiava o golpe por medo de que se instalasse o comunismo. Só com o tempo, o fechamento do Congresso Nacional e as denúncias de torturas e desaparecimento de pessoas é que certas personalidades influentes passaram a refutar o regime militar.” Vanessa pondera que a maioria da população ficou alheia aos acontecimentos, seja por desconhecimento, devido à censura, seja por entender que o país estava mais seguro com os militares no poder. “Assim, as ações das organizações no combate ao regime militar tiveram pouca expressividade”, observa.

Para o professor Enrique Padrós, os Grupos dos Onze sofreram a primeira grande repressão que houve no Brasil em 64 mesmo, pois eles foram vistos como inimigos pelos militares, devido à possibilidade de que estivessem armados. Enrique diz que, há dez anos, quase não se falava em ditadura e há quem até hoje insista no termo regime militar. “Na pior das hipóteses, aceitavam que a violência havia começado após o AI-5 como uma resposta à escalada do terrorismo. Mas tão logo ocorreu o golpe de 64 foi deflagrada a ‘operação limpeza’: o parlamento foi fechado, todos os partidos foram proibidos e milhares de funcionários públicos foram expulsos de lugares estratégicos nas universidades, nas autarquias e nas empresas estatais. Além disso, todos os políticos vinculados ao governo de Jango tiveram os direitos cassados”, aponta. Os alvos militares do golpe foram o Partido Trabalhista, os comunistas conhecidos e as suas estruturas, os estudantes e a UNE – cujo prédio foi incendiado logo em seguida –, e organizações sindicais mais combativas, além dos militares que não aderiam ao golpe ou sobre os quais pesava a

suspeita de que não adeririam.

Conforme o professor, talvez a diferença em relação ao que ocorre após a decretação do AI-5 é que ainda não temos as práticas de extermínio e de desaparecimento que teremos depois. “Mas é uma política estatal repressiva em que a tortura já está presente, tanto que um dos resultados imediatos é o exílio. Se em 64 ainda não se mata e desaparece em grande escala em nosso país, nos outros golpes que ocorreram mais tarde na Argentina, no Uruguai e no Chile, os golpistas já arrancam a partir daí e as experiências repressivas passam a ser permanentemente compartilhadas entre os militares desses países”, sustenta.

Enrique Padrós finaliza observando que as ditaduras não se sustentam sozinhas. Os militares não agiram sozinhos, basta lembrar que ministérios estratégicos, como o da Fazenda ou o das Relações Exteriores, sempre estiveram nas mãos dos civis. “É curioso quando comparamos o que ocorreu aqui na área do ensino durante a ditadura com o que aconteceu em outros países. No Chile, o sistema de ensino foi destruído. No Brasil, a ditadura não destrói a universidade, ela aniquila o seu pensamento crítico por meio dos expurgos de professores, alunos e servidores técnicos. Por outro lado, disponibiliza mais infraestrutura e técnica o ensino superior, uma vez que uma universidade altamente especializada, que pensa como a ditadura quer, serve de instrumento fundamental para a construção do país”, conclui.

Vanessa ressalta que, em que pese o fato de hoje vivermos em uma democracia, torturas e abusos de presos ainda são uma realidade. “E não só nas prisões as pessoas são privadas de sua dignidade, também nas abordagens policiais a tortura é uma realidade, especialmente quando se trata de acusado de prática de crime e que pertença aos estratos excluídos. Não se trata de herança do regime militar, uma vez que essa realidade de violência pelos agentes estatais sempre existiu. A cultura e a pressão midiática fazem com que os brasileiros de modo geral entendam a violência policial como legitimada contra os ‘bandidos’. Além disso, as corregedorias das polícias protegem os policiais acusados, e o Ministério Público muitas vezes se omite. Não há uma fiscalização eficaz sobre o trabalho das polícias brasileiras”, critica.

Ditadura passada a limpo em aula

Professores discutem *limites e possibilidades* do ensino sobre o período ditatorial

FOTOS: PROGRAMA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL/APEERS



Alunos do Colégio de Aplicação da UFRGS participam da oficina *Resistência em Arquivo*, pesquisando os pedidos de indenização das vítimas da repressão estatal

Em abril de 2013, três historiadores lançaram *Não calo, grito – Memória visual da ditadura civil-militar no Rio Grande do Sul*, obra distribuída gratuitamente às escolas da rede pública estadual. O livro resulta de um ano de pesquisa de Carla Simone Rodeghero, também professora de História da Universidade, Dante Guimaraens Guazzelli e Gabriel Dienstmann, e apresenta um retrato visual do período de 1945 a 1964 no estado, mostrando como se deu o enfrentamento ao regime militar no RS. Acompanha a publicação uma brochura destinada aos professores do ensino médio, trazendo sugestões para o uso do material em sala de aula. “Nossa intenção ao fazer um caderno pedagógico foi atingir um público que normalmente não é o alcançado por esse tipo de publicação. Isso porque, quando se tem uma visão conteudista, como a que norteia o ensino em nosso país, a gente cai em armadilhas que tornam difícil definir o que é mais importante discutir com os alunos”, diz a professora.

A opinião de Carla é compartilhada pelo colega do Departamento de História da UFRGS Enrique Padrós, que atuou na rede pública por dez anos. No entanto, ele avalia que o tema da ditadura vem sendo bem trabalhado em algumas escolas. “Até a segunda metade dos anos 80, esse era um assunto quase esquecido. Essa ausência se devia ao fato de que não dispúnhamos de materiais para poder fazer boas sínteses. Aquela era uma época politicamente ainda muito complicada. Esse quadro mudou de uns quinze anos para cá e, hoje, há um conjunto de docentes da rede pública que trabalha esse tema de forma muito boa”, assinala.

Carla ressalta que na área da História o grande objetivo é sempre procurar entender o que ocorre no presente a partir de um olhar para o passado. “Isso ajuda a compreender, por exemplo, o desprestígio da política e a corrupção. Entender o passado recente também pode servir para explicar as diferenças entre a juventude das décadas de 60 e 70, ativa e mobilizada, e a juventude atual, individualista e marcada pelo consumismo. É fundamental que os jovens de hoje saibam como era viver em um país onde era proibido se manifestar, até para que percebam por que não podemos dizer que vivemos sob uma ditadura”, aponta.

Desde 2009, a autora e outros colegas da Universidade participam do Programa de Educação Patrimonial, projeto desenvolvido pelo Departamento de História do IFCH em parceria com o Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul e que oferece oficinas para o público escolar, capacitações para estudantes de graduação e cursos de formação para professores.

No ano passado, foi realizada a oficina *Resistência em Arquivo*, dirigida a alunos do ensino médio, prioritariamente da rede pública. “Eles entraram em contato com cerca de dois mil pedidos de indenização encaminhados por pessoas que foram vítimas da repressão estatal. Esses processos surgiram na década de 1990, depois que o governo de Antônio Britto aprovou uma lei que previa indenização aos presos políticos. Nesse acervo preservado no Arquivo Público, há relatos documentados em que cada pessoa conta o que lhes aconteceu, anexando fotos e boletins de atendimento médico, além de testemunhos. Os estudantes ficam admirados de conhecer a experiência de pessoas perseguidas”, relata Carla.

Abordagem superficial – Vanderlei Machado, docente no Colégio de Aplicação da UFRGS, considera que o golpe militar e suas consequências é temática abordada de forma bastante superficial nas escolas. “Como existe uma grande demanda de conteúdos para a educação básica, nem sempre o professor consegue trabalhar todos os temas e períodos que gostaria. No currículo das escolas e nos livros didáticos esse assun-

to é geralmente estudado no final do ano letivo e de maneira aligeirada, muitas vezes sem que o professor busque saber o que o aluno já conhece sobre o tema”, critica. Nas escolas, a ditadura surge como conteúdo do nono ano do ensino fundamental e só volta a ser estudada no terceiro ano do ensino médio, também no final do ano letivo.

A saída para reverter esse quadro, segundo Vanderlei, seria trabalhar o tema durante todo o ano. Porém ele é bastante crítico quanto à qualidade do material didático disponível: “Os livros didáticos não mostram como a ditadura atingiu as pessoas no seu cotidiano. Eles tratam dos generais presidentes, do milagre econômico, dos grupos de esquerda insurgentes, mas não expõem a maneira como a repressão atingiu a maioria da população, que sofreu a limitação dos debates e manifestações públicas, a censura aos meios de comunicação, a queda na qualidade do ensino e o aumento das desigualdades em um país em que todos se sentiam vigiados, principalmente os professores em sala de aula. Por isso, o aluno de hoje não percebe de que forma a ditadura prejudicou os brasileiros”.

Já o professor Enrique Padrós é categórico: “Como a ditadura é um tema muito recente, se usava muito a desculpa de que ‘a gente tem de cumprir o programa’. Com isso, praticamente não se chegava à história do século XX, e os assuntos mais quentes eram simplesmente eliminados”.

Desconstruindo ideias – Vanderlei tem pesquisado o tratamento dado às mulheres nos livros didáticos. No que se refere à ditadura, ele denuncia o ocultamento da participação feminina no combate ao regime. “Nessas publicações, de maneira geral, as mulheres são invisíveis: não há menção a respeito da sua presença na luta armada contra os militares ou sobre a atuação do Movimento Feminino pela Anistia, em que pese extensa produção acadêmica nessa área”, reclama.

Também integrante do grupo envolvido com o Programa de Educação Patrimonial, do Arquivo Público do estado, o professor faz um relato sobre o impacto do projeto junto a seus alunos mais velhos: “Em 2013, trabalhamos de forma privilegiada a ditadura e a democracia no Brasil na Educação de Jovens e Adultos (EJA) do Colégio de Aplicação. Tínhamos na mesma sala desde jovens destituídos de qualquer noção sobre o que foi aquele período até pessoas na faixa dos 60 anos, que tinham uma memória daquela época a partir da propaganda oficial. Aí foi preciso desconstruir ideias, como a de que o país havia tido índices bem menores de violência durante a ditadura, mostrando o quanto a censura impediu que as notícias sobre confrontos e assassinatos chegassem às páginas dos jornais”, relembra.

Para Vanderlei, ainda hoje vivemos os reflexos da ditadura. “Temos políticos com a mentalidade daquele período, e as forças policiais ainda lidam mal com os movimentos sociais”, sentencia.

O docente finaliza ressaltando o papel do Colégio de Aplicação da UFRGS no desenvolvimento de novas metodologias para abordar esse tema em sala de aula: “A ditadura precisa ser trabalhada de forma multidisciplinar, para que não só os professores de História, mas também os de Filosofia, Sociologia e Geografia, mostrem que ela não estava circunscrita ao Brasil naquele momento. Assim o aluno tem condições de construir a sua própria visão”.

Essa visão é corroborada por Enrique, que acrescenta: “Ainda há muitos professores desatualizados, por conta do tratamento que têm recebido por sucessivos governos. Hoje, falar sobre a ditadura é pop, até em função da Comissão da Verdade. Resta ver o que vai ficar de tudo isso”, conclui.

Os livros didáticos não mostram como a ditadura atingiu as pessoas no seu cotidiano, por isso o aluno de hoje não percebe como esse regime prejudicou os brasileiros